



INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL: BALANÇO SOCIAL DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS COM CERTIFICAÇÃO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL DE MATO GROSSO

CORPORATE SUSTAINABILITY INDICATORS: SOCIAL BALANCE OF MICRO AND SMALL COMPANIES WITH MATO GROSSO'S SOCIAL RESPONSIBILITY CERTIFICATION

Karine Fátima de Moraes Assunção Campos¹
Marcelo Ednan Lopes da Costa²

Resumo

Este estudo objetiva analisar se os valores investidos em indicadores sociais e ambientais, extraídos dos Balanços Sociais divulgados no site da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, acompanham o crescimento da receita bruta das empresas certificadas, conforme edições publicadas entre 2006 e 2016. A metodologia utilizada foi a descritiva exploratória, cuja análise documental propiciou a extração dos dados histórico-numéricos dos balanços para posterior mensuração do comprometimento sustentável das microempresas, bem como das empresas de pequeno porte em nível de valores de investimentos. Os resultados da pesquisa apontaram que houve investimentos de 0,66% em indicador social e 0,001% em meio ambiente relacionado ao faturamento bruto dos anos pesquisados, sendo constatado que o setor do comércio é o que mais realiza investimentos.

Palavras-chave: Balanço Social, Desenvolvimento Sustentável, Investimentos socioambientais.

¹ IFMT, Campus Cuiabá – Bela Vista, Cuiabá – MT – Brasil. Discente da Especialização em Inovação e Empreendedorismo para Negócios Sustentáveis. E-mail: kfmassuncao@gmail.com

² IFMT -Campus Cuiabá –Bela Vista, Cuiabá –MT –Brasil. E-mail: marcelo.costa@blv.ifmt.edu.br

Abstract

This study aims to analyze whether the amounts invested in social and environmental indicators, extracted from the Social Balance Sheets published on the website of the Legislative Assembly of the State of Mato Grosso, follow the growth of the gross revenue of certified companies, according to editions published between 2006 and 2016. The methodology used was the exploratory descriptive, whose documentary analysis provided the extraction of historical-numerical data from the balance sheets for later measurement of the sustainable commitment of micro-companies, as well as small companies in terms of investment values. The results of the research showed that there were investments of 0.66% in social indicators and 0.001% in the environment related to the gross revenue of the years surveyed, being verified that the commerce sector is the one that most invests.

Keyword: Social Balance, Sustainable Development, Social and Environmental Investments.

1 INTRODUÇÃO

Devido à exigência de uma postura mais responsável quanto à responsabilidade social empresarial, considerando a relevância dos indicadores de sustentabilidade das empresas e a crescente consciência coletiva sobre o desenvolvimento sustentável, as práticas organizacionais tiveram que ser repensadas. Conforme o Instituto Ethos (2003), a responsabilidade social empresarial é um modelo de gestão que prioriza a ética e a transparência empresarial em relação ao conjunto de iniciativas voltadas para o desenvolvimento social e ambiental.

Tais iniciativas são evidenciadas por meio da divulgação dos balanços sociais: “o Balanço Social é um instrumento que auxilia a mensuração do nível de comprometimento organizacional com as demandas econômicas, sociais e ambientais” (KROETZ, 1999, p. 21).

Diante desse contexto, o objetivo geral deste artigo é analisar se os valores investidos em indicadores sociais e ambientais, extraídos dos Balanços Sociais divulgados no site da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, acompanham o crescimento da receita bruta das empresas certificadas, das edições publicadas entre 2006 e 2016, que abrangem os anos de 2005 a 2015. Já os objetivos específicos são: (I) analisar o comportamento histórico-numérico desses balanços; (II) mensurar o comprometimento sustentável em nível de valores de investimentos; (III) identificar quais são os setores que se destacam em investimentos socioambientais e (IV) conhecer as ações sociais promovidas pelas empresas no período correspondente.

1.1 Desenvolvimento sustentável

O conceito de desenvolvimento sustentável surgiu em 1987, no relatório *Our Common Future* (Nosso Futuro Comum), elaborado pela Comissão Mundial para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento da Organização das Nações Unidas (SEIFFERT, 2011). O documento define que esse desenvolvimento “atende às necessidades do presente sem comprometer as necessidades do futuro” (CMMAD, 1991, p. 46).

A precursora do tema e das discussões foi a Conferência de Estocolmo em 1972 e, após propagação do assunto, diversas conferências mundiais foram realizadas, com destaque para a RIO/92 e a Conferência das Nações Unidas em 1997, discussões estas que resultaram em compromissos concretos para combater o aquecimento global, como a Agenda 21 (1992) e

o Protocolo de Kyoto (1997) (HOFER, 2009). E recentemente, a Agenda 2030, que culminou nos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) (ONU,2015).

Segundo Barbieri (2007) e Seiffert (2011), as metas estabelecidas influenciaram a economia global e novas estratégias relacionadas à gestão ambiental foram desenvolvidas, por meio da racionalização de recursos renováveis, não renováveis e minimização de resíduos. Nesse contexto, as organizações tiveram que repensar o modelo de gestão tradicional, passando a considerar o desempenho ambiental e social, além do financeiro, iniciando, assim, o processo de conscientização organizacional estimulado pelos crescentes anseios e pressões sociais.

Assim, a concepção de desenvolvimento sustentável refere-se a estratégias de longo prazo visando ao bem-estar social. Por não ser uma prática isolada, esse processo só será alcançado por meio da sustentabilidade, que tem a perspectiva de mensurar o grau ou nível da qualidade do sistema complexo ambiental humano, com o intuito de avaliar a distância deste em relação ao sustentável, necessitando de uma avaliação quantitativa, ou seja, de quantificar ou mensurar o nível ou a qualidade de um sistema (TODOROV; MARINOVA, 2011).

Os termos não possuem um consenso no quesito conceito, contudo as diversas discussões provocam a aceitação geral no que se refere à busca do equilíbrio entre as necessidades do ser humano e o meio ambiente, bem como em entender suas complexas dinâmicas de interação (BARBOSA; DRACH; CORBELLA, 2014).

Os conceitos de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável são notáveis e oportunos nas últimas décadas, uma vez que, devido às crises ambientais, a sociedade tem se conscientizado da importância das discussões em escala global e local (VAN BELLEN, 2005).

1.2 Indicadores de Sustentabilidade Empresarial

Os indicadores podem comunicar ou informar sobre o progresso em direção a uma determinada meta, por exemplo, o desenvolvimento sustentável, mas também podem ser entendidos como um recurso que deixa mais perceptível uma tendência ou fenômeno, que não seja imediatamente detectável (HAMMOND, 1995 apud VAN BELLEN, 2005).

A Agenda 21, documento oriundo da Conferência da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento em 1992, foi o primeiro a estabelecer o uso de indicadores de sustentabilidade, a qual orienta expressamente que os “países devem desenvolver sistemas de

monitoramento e avaliação, adotando indicadores que mensuram as mudanças nas dimensões econômica, social e ambiental”³ (AGENDA 21, 1992).

Um dos principais aspectos levantados nos primeiros encontros dessa Comissão foi o da necessidade de se criar padrões que sirvam de referência para medir o progresso da sociedade em direção ao que se convencionou chamar de futuro sustentável (MOLDAN; BILHARZ; MATRAVERS, 1997).

Após a Conferência, novos paradigmas e indicadores de sustentabilidade foram desenvolvidos, destacando-se os relatórios *Global Reporting Initiative (GRI)*, o Índice de Sustentabilidade Empresarial – BM&FMBovespa, Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial (RSE) e o Modelo de Balanço Social do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) (ETHOS, 2003).

A *Global Reporting Initiative (GRI)* é uma organização internacional independente, pioneira nos relatórios de sustentabilidade desde 1997, cujos padrões são os mais difundidos no cenário internacional (GRI, 2019). No Brasil, o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) é o relatório utilizado pela B3 (Brasil, Bolsa, Balcão) — bolsa de valores oficial do Brasil — que mede o retorno médio de uma carteira teórica de ações de empresas de capital aberto. Listadas como as melhores práticas em sustentabilidade, entre 2005 e 2019, as empresas da carteira do ISE apresentam valor de mercado de 10% a 19% maior do que o grupo de controle BOVESPA (B3, 2019).

Atualmente, a Agenda 2030, desenvolvida em 2015, visa, por meio de um conjunto de programas, ações e diretrizes, orientar os trabalhos das Nações Unidas e de seus países-membros rumo ao desenvolvimento sustentável, a qual propõe 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 16 metas a serem alcançadas (ONU, 2015).

1.3 Balanço Social

De acordo com Kroetz (2000), o Balanço Social é uma ferramenta de gestão e informação que evidencia, de modo transparente, os aspectos qualitativos e quantitativos do patrimônio das empresas e, ao mesmo tempo, o comprometimento delas com o bem-estar social e ambiental.

Conforme a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) n.º 1185/09, o Balanço Social não possui obrigatoriedade de publicação no Brasil, ao contrário das demais

³ Inteiro teor disponível em: <https://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-global/item/640.html>. Acesso em: 26 set. 2019.

demonstrações contábeis. Para Milani Filho (2008), o Balanço Social não é uma demonstração obrigatória, mas se constitui de um dos principais relatórios sobre as características empresariais e seu relacionamento com os diferentes públicos, por isso é considerado relevante para a identificação e avaliação do envolvimento da organização com a responsabilidade social.

De acordo com a definição do Instituto Ethos, disponível no portal on-line, responsabilidade social “é uma forma de conduzir os negócios da empresa de tal maneira que ela se torne parceira e corresponsável pelo desenvolvimento social”⁴. No Brasil, o movimento de divulgação de informações em formato de relatórios iniciou-se nos anos de 1990, com o lançamento do Modelo Ibase para Relatório Social, do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), fundado pelo sociólogo Herbert de Souza, em 1981, que, atualmente, é o mais difundido (IBASE,2018).

Conforme definição do IBASE, o Balanço Social Ibase teve como principal função tornar pública a responsabilidade social empresarial, construindo maiores vínculos entre a empresa, a sociedade e o meio ambiente. Publicado anualmente pelas organizações que escolhem esse modelo, o Balanço Social reúne um conjunto de informações sobre os projetos, benefícios e ações sociais dirigidas aos empregados, investidores, analistas de mercado, acionistas e à comunidade.

Em consequência da importância do tema, a Assembleia Legislativa de Mato Grosso, por meio da Lei n.º 7.687, de 25/06/2002, criou o Certificado de Responsabilidade Social de Mato Grosso, que promove o reconhecimento público das instituições, empresas, órgãos públicos e OSCIPs (Organizações Sociais de Interesse Público) que apresentarem seu Balanço Social. Os critérios para averiguação das informações e concessão do certificado são estabelecidos pela Comissão Mista de Responsabilidade Social e divulgados mediante publicação de edital anual.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

Este trabalho tem caráter qualitativo quanto à natureza. Para Gil (1999), o uso dessa abordagem propicia o aprofundamento da investigação das questões relacionadas ao fenômeno em estudo e das suas relações, mediante a máxima valorização do contato direto com a situação estudada, buscando-se o que era comum, mas permanecendo, entretanto, aberta para perceber a individualidade e os significados múltiplos.

⁴ Disponível em: <https://www.ethos.org.br/conteudo/sobre-o-instituto/>. Acesso em: 26 set. 2019.

Quanto aos objetivos, a pesquisa é descritiva e exploratória. Vergara (2000, p. 47) argumenta que a pesquisa descritiva expõe as características de determinada população ou fenômeno, estabelece correlações entre variáveis e define sua natureza. Os estudos exploratórios, por sua vez, são amplamente utilizados em temas recentes na literatura, como é o caso dos indicadores de sustentabilidade empresarial. Essa escolha é justificada pelo fato de o estudo pretender realizar levantamentos bibliográficos também para definir conceitos acerca dos assuntos relacionados (GIL, 2008).

Quanto aos meios, a pesquisa é documental, tendo como principal fonte de dados os Balanços Sociais disponíveis no website da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso — <https://www.al.mt.gov.br/institucional/responsabilidade-social/balancos-sociais>.

A amostra foi intencional e não probabilística, na qual foram tabulados e analisados 367 balanços sociais, que representam o total de certificações aprovadas nas edições de 2006 a 2016. Esse período possibilitou compreender a evolução e descrever o cenário de atuação social no contexto regional, pois abarca desde a primeira até a última edição disponível no website. Os relatórios foram agrupados por segmentos (ou modelos), conforme critérios adotados pela Assembleia Legislativa:

- Modelo 1. Microempresas e empresas de pequeno porte: Microempresas (ME): Pessoas Jurídicas com receita bruta anual não superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais); Empresas de Pequeno Porte (EPP): Pessoas Jurídicas com receita bruta anual não superior a R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais).
- Modelo 2. Empresas de médio e grande porte: Pessoas jurídicas com receita bruta anual superior a R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais).
- Modelo 3. Organizações do terceiro setor.
- Modelo 4. Instituições de ensino e fundações privadas.
- Modelo 5. Prefeituras, secretarias estaduais, autarquias e fundações públicas.
- Modelo 6. Empresas públicas e sociedades de economia mista.

Na primeira etapa da pesquisa, foi realizado um levantamento bibliográfico acerca dos conceitos de desenvolvimento sustentável, bem como dos indicadores de sustentabilidade empresarial e Balanço Social. No segundo momento, foi feito o agrupamento das empresas por segmento, com enfoque no segmento Modelo 1 “Microempresas e empresas de pequeno porte”, identificando os trinta Balanços Sociais analisados no estudo. Posteriormente, separou-se as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (ME e EPP) que realizaram

algum investimento social externo, seja no âmbito social ou meio ambiente. Após a coleta e agrupamento dos dados, foi executada a correlação entre o indicador social externo e a receita bruta, identificando as ações de investimentos socioambientais realizadas e os setores que se destacaram.

3. RESULTADOS

Ao agrupar as empresas por segmento, das edições de 2006 a 2016, constatou-se a divulgação de trinta Balanços Sociais no segmento Modelo 1 “Microempresas e empresas de pequeno porte”, conforme demonstrado na tabela 1, que corresponde a 8,17% do total das empresas certificadas.

Tabela 1 – Quantitativo dos balanços sociais das ME e EPP com investimento em indicadores sociais e meio ambiente

Ano	Número de B.S	B.S com investimento Social	B.S com investimento Meio Ambiente
2005	1	1	0
2006	2	2	0
2007	3	2	0
2008	3	1	0
2009	2	1	0
2010	2	2	0
2011	3	3	1
2012	3	2	0
2013	4	3	0
2014	4	3	0
2015	3	2	0
Total	30	22	1

Fonte: adaptado a partir das informações disponíveis no site da Assembleia Legislativa de Mato Grosso (2019).

Ao observar o comportamento histórico-numérico das empresas certificadas, detectou-se que 73,33% das ME e EPP apresentaram investimentos relacionados ao indicador social e 0,03% relativo ao indicador meio ambiente.

Quanto à divulgação dos Balanços Sociais, no período de 10 anos, sete empresas participaram e apenas uma perdurou em todos eles, demonstrando uma inconstância e descontinuidade no processo de participação dos empreendedores e/ou aprovação pela Comissão Mista de Responsabilidade Social. Houve um crescimento na participação, porém

pouco expressivo quantitativamente, pois, no primeiro ano, uma empresa divulgou e, na última edição, foram apenas três empresas.

Em 2015, último ano analisado, as ME e EPP representavam 45% (93 mil) dos 208 mil empreendimentos ativos, conforme o cadastro Sebrae de Empresas e o Portal do Empreendedor (SEBRAE, 2015). Desse total, três empresas participaram da certificação, o que equivale a menos de 1%.

Ao contabilizar os valores investidos em indicador social e meio ambiente pelas sete ME e EPP e correlacioná-los à receita bruta, constatou-se, no período estudado, o faturamento total da receita bruta de R\$ 60.974.334,77, com média anual de R\$ 5.5431.121,34 por empresa. Do total informado, houve um investimento de 0,66% em indicador social, que corresponde a R\$ 401.304,10, com média anual de R\$ 36.482,19, e, no indicador meio ambiente, apenas no ano de 2011, houve um investimento por parte de uma empresa no valor de R\$ 2.250,00, que equivale a 0,001% do faturamento bruto do ano correspondente, conforme mostra a tabela 2.

Tabela 2 – Valores de receita bruta e de investimento em indicadores social e meio ambiente

Ano	Receita Bruta	Investimento Social/Meio Ambiente
2005	R\$ 1.147.700,00	R\$ 108.303,00
2006	R\$ 3.811.653,06	R\$ 110.348,00
2007	R\$ 3.618.434,58	R\$ 44.104,00
2008	R\$ 2.420.358,25	R\$ 25.000,00
2009	R\$ 4.486.599,65	R\$ 25.000,00
2010	R\$ 4.134.584,21	R\$ 1.580,45
2011	R\$ 7.219.246,68	R\$ 13.202,97
2012	R\$ 7.177.134,92	R\$ 8.796,67
2013	R\$ 8.440.647,82	R\$ 21.435,91
2014	R\$ 10.422.641,43	R\$ 24.387,68
2015	R\$ 8.095.334,17	R\$ 19.145,42
Total	R\$ 60.974.334,77	R\$ 401.304,10
Média Anual	R\$ 5.543.121,34	R\$ 36.482,19

Fonte: adaptado a partir das informações disponíveis no site da Assembleia Legislativa de Mato Grosso (2019).

O ano de 2005 foi o primeiro da Certificação de Responsabilidade Social de Mato Grosso e teve a melhor média anual de investimento social, uma vez que, com uma única empresa participante, o percentual foi de 9,44% em relação à receita bruta, correspondente ao valor de R\$ 108.303,00.

Nos anos de 2006 a 2009, houve aumento na participação das empresas em relação ao primeiro ano: duas empresas em 2006 e 2009 e três em 2007 e 2008, porém ocorreu uma

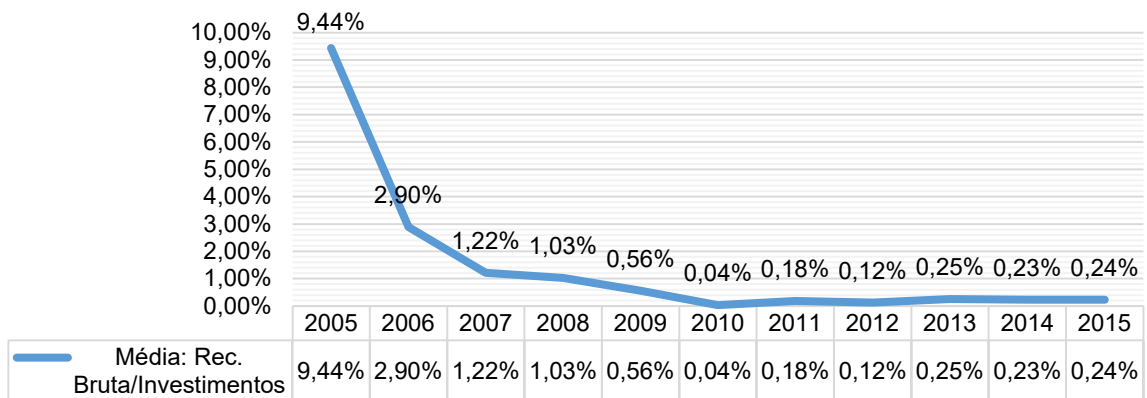
queda de investimentos sociais, resultando no percentual médio de 1,43%. No ano de 2010, houve permanência nas participações de duas empresas, porém foi o ano com a menor média de investimentos, com percentual de 0,04%, equivalente a R\$ 1.580,45.

Nos anos de 2011 e 2012, houve aumento de participações para três (2011 e 2012), quanto aos investimentos, em 2011, subiu para 0,18% e, em 2012, houve uma pequena queda para 0,12%. Em 2011, foi o único ano que houve investimentos ambientais, conforme mencionado anteriormente.

Verifica-se que os anos de 2013 e 2014 foram os que apresentaram maiores participações empresariais, com quatro empresas em cada ano e aumento de investimentos para 0,25 % em 2013 e 0,23% em 2014.

Em 2015, teve diminuição de uma empresa e os investimentos sociais se mantiveram semelhantes aos dois últimos anos, finalizando em 0,24%. A figura 1 demonstra o percentual de investimento anual do período estudado.

Figura 1 – Percentual anual de investimentos em indicadores social e meio ambiente em relação à receita bruta



Fonte: adaptado a partir das informações disponíveis no site da Assembleia Legislativa de Mato Grosso (2019).

Ao analisar as informações contidas nos relatórios, verificou-se que a maioria das empresas divulgam apenas valores investidos e não descrevem as ações realizadas. Em relação ao total, duas empresas evidenciaram as ações desenvolvidas, conforme identificação na tabela 3:

Tabela 3 – Ações socioambientais

Empresas	Ações
<p>Bióloga Comércio e Manipulação de Medicamentos LTDA (2006 – 2007)</p>	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Ação Reciclo com a Biológica. ➤ Assistencialismo com o Projeto Criança Feliz. ➤ Patrocínio esportivo regional. ➤ Utilização de materiais recicláveis para minimização dos impactos negativos. ➤ Participação em eventos que buscam divulgar informações sobre saúde para a sociedade.
<p>Inviolável Tangará LTDA (2011 a 2015)</p>	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Assistencialismo. ➤ Capacitação profissional e pessoal de jovens. ➤ Musicalização e instrumentalização por meio da parceria com o projeto social “Flauta Mágica”, que visa à inclusão social de jovens adolescente na cidade de Tangará da Serra/MT. ➤ Prestação de serviços gratuitos para entidades sem fins lucrativos para o Lar do Idoso e Casa da Criança e do Adolescente. ➤ Participação indireta mediante contribuição financeira aos clubes de serviços como Rotary e Lions, que buscam atender à sociedade por meio do esporte, cultura e educação.

Fonte: adaptado a partir das informações disponíveis no site da Assembleia Legislativa de Mato Grosso (2019).

4. DISCUSSÕES

O tema sustentabilidade empresarial está em crescente relevância e a consciência coletiva em relação ao desenvolvimento social e meio ambiente está em expansão, influenciando diretamente o sucesso empresarial que não está mais ligado apenas à capacidade de produção. Da complexidade das atuais demandas ambientais que a sociedade transfere às organizações, surge um novo posicionamento por parte das organizações em face de tais questões sustentáveis (TACHIZAWA, 2002).

A divulgação do Balanço Social auxilia a evidenciar o posicionamento da organização. Por não ser uma obrigatoriedade, muitas empresas não o fazem (RIBEIRO, 2006). De acordo com os documentos analisados, as empresas participantes, em sua maioria, evidenciaram apenas os valores investidos e não descreveram as ações desenvolvidas, demonstrando a falta de padronização, o que dificulta a comparação dos dados, pois, conforme Moraes e Souza (2002), se o documento for muito flexível, ele acaba por não cumprir seu propósito de transparência.

Há uma tendência das empresas certificadas atribuírem maior ênfase aos indicadores sociais externos, certamente pela maior visibilidade que essas ações exercem por atingir uma parcela maior da sociedade.

Ao analisar o investimento por setores econômicos, averiguou-se que o setor comercial se destacou pelo número de participações e percentual de investimento, com destaque para o ramo farmacêutico, mesmo setor destaque do Modelo 2 “Empresas de médio e grande porte”, pois, conforme Loffler, Almeida e Loffler (2018), nota-se que o setor de comércio foi o que realizou os maiores investimentos em meio ambiente se equiparado aos setores da indústria e serviços. De acordo com o Cadastro Sebrae de Empresas e o Portal do Empreendedor (SEBRAE, 2015), do total de empreendimentos ativos, 43% deles eram do setor de serviços; 39% do comércio; 14% da indústria; 2% da construção civil e 1% da agropecuária.

Nos estudos de Al-Tuwajiri, Christensen e Hughes II (2004), ao relacionarem a evidenciação ambiental, desempenho ambiental e desempenho econômico em modelos de equação de regressão, foi possível verificar que desempenho ambiental é associado com um bom desempenho econômico. Essa afirmação não se aplica ao estudo, pois os investimentos no ambiente externo, bem como em meio ambiente têm participação ainda pequena quando comparada à receita bruta divulgada pelas empresas. Esse baixo nível de investimento sugere

que a responsabilidade social não está sendo devidamente cumprida, apesar dos incentivos fiscais estabelecidos por lei.

O estado de Mato Grosso visa incentivar os investimentos nesses indicadores, por meio do plano de desenvolvimento estabelecido pela Lei n.º 7.958, de 25 de setembro de 2003.

Art. 1º Fica definido o Plano de Desenvolvimento de Mato Grosso, orientado pelas diretrizes da Política de Desenvolvimento do Estado, com o objetivo de contribuir para a expansão, modernização e diversificação das atividades econômicas, estimulando a realização de investimentos, a renovação tecnológica das estruturas produtivas e o aumento da competitividade estadual, com ênfase na geração de emprego e renda e na redução das desigualdades sociais e regionais. (Repristinado pela Lei 8.607/06).

No Art. 2º, são descritas as modalidades aplicáveis ao setor público e privado.

Art. 2º O Plano definido no artigo anterior compreende ações de interesse do Estado relacionadas com: (Repristinado pela Lei nº 8.607/06).

I - apoio à realização de projetos de iniciativa do setor público e privado, nas seguintes modalidades:

- a) concessão de incentivos fiscais;
- b) concessão de empréstimos e financiamentos;
- c) participação acionária;
- d) prestação de garantias;
- e) outras formas de assistência financeira;

II - apoio institucional e financeiro a projetos públicos e privados, relativos a ações que visem a amparar e a estimular o desenvolvimento, nas áreas de:

- a) ciência e tecnologia;
- b) infraestrutura;
- c) formação e treinamento de mão-de-obra especializada;
- d) promoção de investimentos e divulgação;
- e) realização de feiras, exposições e outros eventos da espécie;
- f) outras ações. (MATO GROSSO, 2006).

Segundo o Art. 7º, fica autorizada a fruição do incentivo fiscal ao contribuinte que se integrar a qualquer dos módulos elencados no parágrafo único do Art. 1º e/ou aos submódulos destes, desde que cumpridas as condições previstas nesta lei, no seu regulamento e nas obrigações complementares estabelecidas pelo CONDEPRODEMAT (Conselho Deliberativo dos Programas de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso). Conselho este que, segundo a legislação vigente, compete as atribuições de aprovar a programação, o orçamento e os relatórios anuais; estabelecer as diretrizes, prioridades e estratégias de atuação; apresentar relatórios circunstanciados sobre execução e os resultados auferidos pelos programas instituídos na legislação que define a política de desenvolvimento do estado; sugerir modificações na disciplina jurídica da execução das políticas estratégicas; definir critérios para concessão de benefícios fiscais e deliberar todo assunto que lhe for submetido (MATO GROSSO, 2006).

Quanto aos benefícios passíveis de concessão relacionados a práticas de ações socioambientais, é estabelecido no artigo 7º, §1º, da Lei n.º 10.741, de 13 de agosto de 2018: “§ 1º As obrigações complementares e as contrapartidas, previstas no caput deste artigo, devem observar as características específicas de cada módulo e de cada submódulo desta Lei, mediante indicadores que reflitam o retorno social, econômico e ambiental” (MATO GROSSO, 2018).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar da relevância das ações socioambientais para o desenvolvimento empresarial e da sociedade, a proporção de participações e/ou aprovações é muito reduzido se comparado ao total de empresas ativas no segmento de microempresas e empresas de pequeno porte do estado do Mato Grosso.

No quesito investimento, as sete empresas certificadas possuem uma média de investimentos baixa, que equivale a 0,66% da receita bruta arrecadada em um período de dez anos, cerca de R\$ 36.482,19 anual. Ao analisar o investimento por setores, averiguou-se que o setor comercial se destacou pelo número de participações e percentual de investimento, com destaque para o ramo farmacêutico.

Quanto às ações desenvolvidas, apenas duas empresas descreveram as atuações, o que evidencia uma falta de padronização e critérios no preenchimento e divulgação dos Balanços, imprimindo uma qualidade insatisfatória aos relatórios, que prejudica consideravelmente a tabulação e análise de dados.

Recomenda-se a intensificação de campanhas de divulgação e conscientização por parte da Assembleia Legislativa de Mato Grosso, a fim de aumentar o número de organizações participantes, bem como promover uma maior fiscalização por parte da Comissão Mista de Responsabilidade Social para que os Balanços Sociais sejam preenchidos integralmente e com qualidade de informações.

6 REFERÊNCIAS

AGENDA 21. *United National Conference on Environmental and Development*. Rio de Janeiro, 1992.

AL-TUWAIJRI, S. A.; CHRISTENSEN, T. E.; HUGHES II, K. E. *The relations among environmental disclosure, environmental performance, and economic performance: a simultaneous equation approach*. Accounting, Organization and Society, 2004.

B3. **Brasil, Bolsa, Balcão**. Disponível em: <http://www.b3.com.br/>. Acesso em: 20 out. 2019.

BARBIERI, J. C. **Gestão ambiental empresarial: conceito, modelos e instrumentos**. 2. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2007.

BARBOSA, G. S.; DRACH, P. R.; CORBELLA, O. D. *A Conceptual Review of the Terms Sustainable Development and Sustainability*. **International Journal of Social Sciences**, v. III, n. 2, 2014.

BRASIL. **Resolução CFC nº 1.185/09**. Conselho Federal de Contabilidade. Disponível em: http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/Res_1185.pdf. Acesso em: 19 fev. 2019.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1991.

HOFER, R. *Sustainable Solutions for Modern Economies*. Londres: Royal Society of Chemistry, 2009.

GLOBAL REPORTING INITIATIVE. Disponível em: <http://www.globalreporting.org/>. Acesso em: 20 out. 2019.

INSTITUTO ETHOS. **Responsabilidade Empresarial para Micro e Pequenas Empresas**. Passo a Passo. São Paulo: Instituto ETHOS/Sebrae, 2003.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IBASE. **Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômica**. Disponível em <http://ibase.br/pt/>. Acesso em: 17 out. 2018.

KROETZ, C. E. S. **Contabilidade Social**. Ijuí-RS: UNIJUI, 1999.

LOFFLER, E. B.; ALMEIDA, J. C. R.; LOFFLER, J. J. **Evidenciação dos indicadores ambientais divulgados no balanço social das empresas com certificação de responsabilidade social do estado de mato grosso**. Educação ambiental em ação, 2018.

MATO GROSSO. **Lei nº 7.958**, de 25 de setembro de 2003. Disponível em: <http://app1.sefaz.mt.gov.br/0325677500623408/07FA81BED2760C6B84256710004D3940/957556DBB87E429E04256DB0004E2206>. Acesso em: 25 set. 2019.

MATO GROSSO. **Lei nº 10.741**, de 13 de agosto de 2018. Disponível em: http://app1.sefaz.mt.gov.br/Sistema/legislacao/legislacaoatribut.nsf/7c7b6a9347c50f55032569140065ebbf/b34ebd9287b71860842582eb005d82e7?OpenDocument#_49h2ki82eksg32c1e6sq32b108h2i0c9j4124a8218t71612f4124a_. Acesso em: 25 set. 2019.

MILANI FILHO, M. A. F. Responsabilidade Social e Investimento Social Privado: Entre o Discurso e a Evidenciação. **R. Cont. Fin.** - USP, São Paulo - v. 19, n. 47, p. 89 – 101, maio/agosto 2008.

MOLDAN, B.; BILLHARZ, S.; MATRAVERS, R. *Sustainability indicators: A report on the project on indicators of sustainable development*. Chichester: Wiley, 1997.

MORAES, A. de; SOUSA, A. F. de. **A Responsabilidade Social e o Balanço Social da empresa**. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2002.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. 2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wpcontent/uploads/2015/10/agenda2030-pt-br.pdf>. Acesso em: 25 set. 2019.

RIBEIRO, M. S. **Contabilidade Ambiental**. São Paulo: Saraiva, 2006.

SEIFFERT, M. E. B. **Gestão ambiental: instrumentos, esferas de ação e educação ambiental**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

TACHIZAWA, T. **Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa: estratégias de negócios focadas na realidade brasileira**. São Paulo: Atlas, 2002.

TODOROV, V.; MARINOVA, D. *Modeling sustainability. Mathematics and Computers in Simulation*. 2011.

VAN BELLEN, H. M. **Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2005.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 3. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2000.